

RELATÓRIO E CONTAS

2º Semestre 2022



OEIRAS
VIVA™

DAMOS RITMO À VIDA

Handwritten marks or signature in the top right corner.



Relatório e Contas
2º Semestre 2022

ÍNDICE

A

Nota Introdutória p.4

B

Análise Económica e Financeira

- B 1** Desempenho Económico 2021-2022 p.6
- B 2** Análise Exploração p.7
- B 3** Indicadores Financeiros p.13

C

Anexos

- ANEXO 1. Demonstrações Resultados - Por Unidade Negócio p.15
- ANEXO 2. Anexo às demonstrações financeiras e Parecer ROC p.23

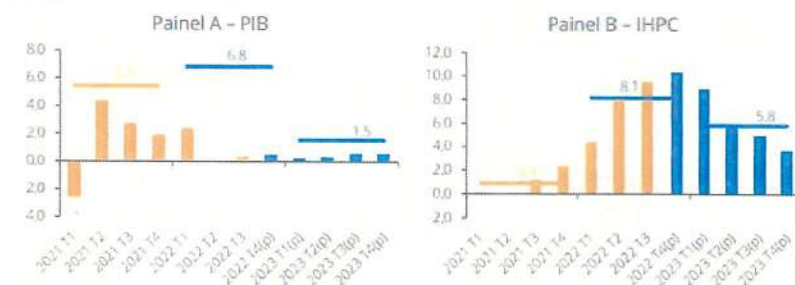
Handwritten marks: a scribble, the number '22', and a checkmark.

A.

NOTA INTRODUTÓRIA

Os principais factores de risco, em 2022, decorreram das repercussões do conflito na Ucrânia, em particular, do abastecimento de energia, que desencadeou uma escalada dos preços.

Gráfico 1.1.1 • Projeções trimestrais para o PIB e a inflação | Taxa de variação em cadeia do PIB e taxa de variação homóloga do IHPC



Fontes: Banco de Portugal e INE. | Nota: (p) - projetado.

A deterioração dos fluxos comerciais — em particular, de bens em que a Rússia e a Ucrânia são grandes fornecedores mundiais — provocaram um aumento substancial dos preços das matérias-primas energéticas e alimentares, com transmissão posterior aos preços dos outros bens e serviços. Para conter as tensões inflacionistas o Conselho do Banco Central Europeu (BCE) principia a subida dos juros diretores, ocorrendo a primeira em julho de 2022:

- Em julho subiu os juros em 50 pontos base;
- Em setembro, decidiu apostar numa subida dos juros “jumbo” de 75 pontos;
- Em outubro, voltou a subir os juros em 75 pontos;
- Em dezembro, decidiu abrandar o ritmo de aumento dos juros, decidindo fazê-lo em 50 pontos.

Estes choques implicaram um aumento acentuado dos custos de produção das empresas, condicionando a sua atividade, em particular em setores mais dependentes destas matérias-primas, como é o caso da Oeiras Viva.

Handwritten marks and symbols, possibly initials or a signature, located in the top right corner.



ANÁLISE ECONÓMICA E FINANCEIRA



22
✓

B.1

Desempenho Económico 2021-2022

A Oeiras Viva encerra o segundo semestre de 2022 com um Resultado Líquido negativo, de 77,111€. Em igual período de 2021, este resultado foi positivo e fixou-se no montante de 118.429€, registando-se uma evolução negativa, face ao período homólogo de 2021 de 165%.

Os Gastos Totais atingiram em 2022 o montante de 2.246.343€ representando um incremento de 11%, quando comparado com igual período de 2021. Os Rendimentos Totais, em 2022, cresceram 2% totalizando o valor de 2.167.324€.

O incremento dos Gastos (em 228.379€) decorreu do crescimento de 17% da rubrica “Fornecimento e Serviços Externos” (FSE) (em 161.194€), dos “Gastos Pessoal” de 2% (em 13.296€), da constituição de “Provisões” em 12.509€ e do incremento dos “Outros Gastos” em 28.880€.

Uma vez que em 2021 o exercício económico decorreu já, neste período, com bastante normalidade face à pandemia – COVID 19, entende-se não se justificar proceder à presente análise reportada ao ano 2019. O Quadro 1. explana a análise comparativa da demonstração de resultados dos dois últimos exercícios económicos e ela destaca o crescimento abrupto:

- dos FSE, em 2022, consequência dos elevados custos energéticos, da necessidade de constituir provisões, para fazer face à liquidação de dívida em execução fiscal, junto da Segurança Social, por haver a convicção, por parte desta, de que se encontra excedida a quota estabelecida para acesso às prestações de desemprego por parte dos trabalhadores que se desvincularam da Oeiras Viva. A Oeiras Viva impugnou esta decisão;
- dos “Outros Gastos” prende-se com o pagamento inerente à celebração de um acordo extrajudicial entre a empresa e um concessionário, referente a um litígio decorrente do exercício anterior.

Por seu lado os Rendimentos Totais inscrevem um aumento, superior de 2% face ao ano de 2021, assente basicamente, no acréscimo das “Vendas” (em 3%) e das “Prestações de Serviços” (em 3%) e uma diminuição em 94% do valor das “Reversões” (em 24.839€).



22
5

B2. ANÁLISE
DE
EXPLORAÇÃO



Demonstração Resultados Consolidados

	Ano 2021	Ano 2022	Desv % 21-22
61- CMVMC	166 418	179 604	8%
62 - FSE	959 891	1 121 085	17%
63 - Gastos Pessoal	839 021	852 317	2%
64 - Gastos Dep. Amort.	42 079	41 482	-1%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	12 509	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	9 990	38 871	289%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	564	475	-16%
GASTOS Total	2 017 964	2 246 343	11%
71 - Vendas	164 961	169 551	3%
72 - Prestação Serviços	1 623 465	1 677 770	3%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	297 402	297 415	0%
76 - Imparidade dividas a receber(perdas/reversões)	26 347	1 508	-94%
781 Rendim. Suplementares	12 856	17 217	34%
788- Imputação Subsídios p/ Investimento	10 101	3 863	-62%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	2 135 133	2 167 324	2%
Imposto s/Rendim. Exercício	1 261	1 908	51%
RESULTADO LÍQUIDO	118 429	-77 111	-165%

Quadro 1. Demonstração Resultados Consolidados 2º Semestre 2021-2022

Handwritten marks: a horizontal line with a vertical tick, the number '22', and a checkmark.

*Desporto

	Em euros											
	Pisc. Outurela		Pisc. Barcarena		Pisc. Linda-a-Velha		PD Carlos Queiroz		Pavilhões		C. Desp Porto Salvo	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
VOLUME NEGÓCIOS	112 940	158 246	95 099	18 218	73 333	116 007	119 832	74 474	191 690	166 213	19 306	21 309
SUB. EXPLORAÇÃO	83 302	45 653	93 539	31 649	48 676	28 736	15 883	40 554	56 002	150 822	0	0
RENDIMENTOS TOTAIS	198 810	205 883	188 748	49 889	123 750	144 934	135 718	115 060	247 815	317 260	19 309	21 341
GASTOS TOTAIS	210 755	309 294	174 824	131 644	161 276	179 677	98 234	96 630	335 967	380 764	38 429	45 105
RESULTADO LIQUIDO	-11 945	-103 411	13 924	-81 755	-37 526	-34 743	37 483	18 430	-88 152	-63 504	-19 121	-23 764

Quadro 2. Evolução das rubricas de Exploração 2º semestre 2021-2022 - Desporto



	Em euros		
	2021	2022	
Rendimentos	914 149	854 368	-7%
Gastos	1 019 486	1 098 009	8%

Handwritten marks: a vertical line with a horizontal crossbar, followed by a checkmark and a flourish.

*LAZER e CULTURA

Em euros

	Pisc. Oceânica		Porto de Recreio		Palácio Flor da Murta		Aud. M. Ruy de Carvalho	
	2021	2022	2021	2022	2021	2022	2021	2022
VOLUME NEGÓCIOS	296 564	414 765	687 619	681 949	51 651	45 041	68 267	76 475
SUB. EXPLORAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	0
RENDIMENTOS TOTAIS	307 676	426 761	716 800	683 769	51 654	45 062	72 726	82 719
GASTOS TOTAIS	236 236	341 740	519 643	502 611	46 944	54 792	92 042	97 882
RESULTADO LIQUIDO	71 440	85 021	197 157	181 158	4 710	-9 730	-19 316	-15 162

Quadro 3. Evolução das rubricas de Exploração 2º semestre 2021-2022 Lazer e Cultura



Em euros

	2021	2022	
Rendimentos	1 148 856	1 238 311	8%
Gastos	894 865	997 024	11%

22
✓

*TURISMO e MARKETING

Em euros

Em euros

	P.Turismo		Marketing	
	2021	2022	2021	2022
VOLUME NEGÓCIOS	72 125	74 624	0	0
SUB. EXPLORAÇÃO	0	0	0	0
RENDIMENTOS TOTAIS	72 128	74 635	0	10
GASTOS TOTAIS	103 614	75 958	0	30 246
RESULTADO LIQUIDO	-31 486	-1 324	0	-30 236

Quadro 4. Evolução das rubricas de Exploração 2º Semestre 2021-2022 Turismo e Marketing

Em euros

	2021	2022	
Rendimentos	72 128	74 645	3%
Gastos	103 614	106 205	3%



Execução Orçamental

✓
✓
✓

Em Euros

2º SEM

	Orçam. 22	Execução	Desv %
GASTOS			
61- CMVMC	130 000	179 604	38%
62 - FSE	948 528	1 121 986	18%
63 - Gastos Pessoal	888 274	852 317	-4%
64 - Gastos Dep. Amort.	40 569	41 482	2%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	12 509	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	981	38 871	3853%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	989	475	22%
GASTOS Total	2 008 741	2 246 344	12%
RENDIMENTOS			
71 - Vendas	139 765	169 551	21%
72 - Prestação Serviços	1 717 149	1 677 779	-2%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMD	297 402	297 415	0%
76 - Reversões	0	1 508	N/A
781 Rendim. Suplementares	21 012	17 217	-18%
786+788- Imputação Subsídios p/ Investimento	5 197	3 893	-26%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	2 180 526	2 167 364	-1%
Imposto s/Rendim. Exercício	0	1 298	N/A
RESULTADO LÍQUIDO	171 784	22 111	-145%

Quadro 6. Execução Orçamental 2º Semestre 2022

Handwritten marks: a vertical line with a horizontal crossbar, the number '22', and a checkmark.

B.3

Indicadores Económicos e Financeiros

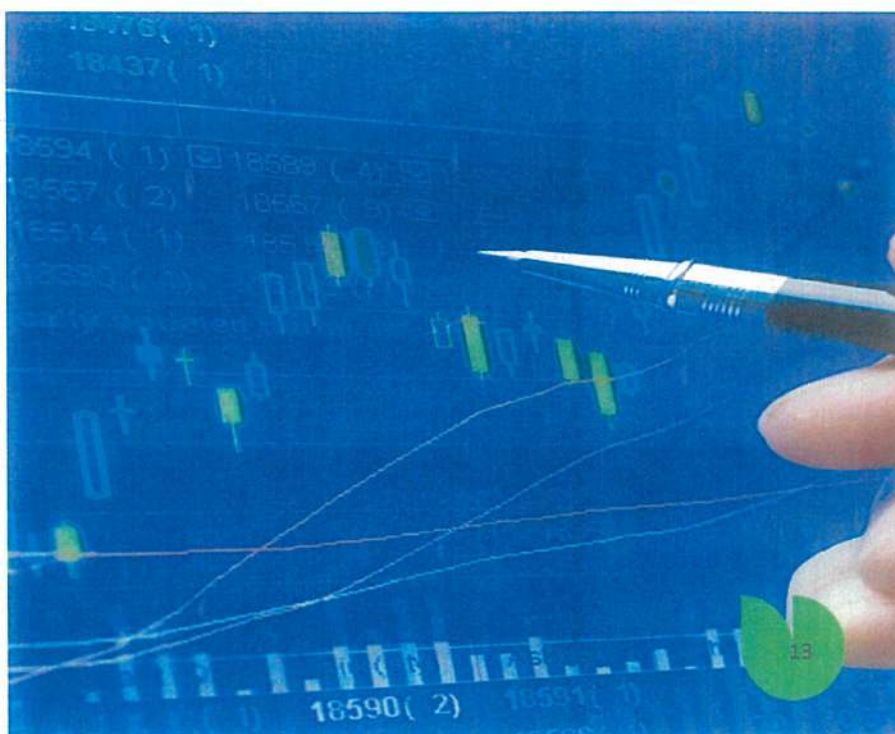
Os Indicadores de Atividade apresentam uma diminuta performance em 2022, face ao período homólogo de 2021. A origem assenta no crescimento dos Rendimentos (em 3%) e um aumento dos Gastos (em 11%), por via do aumento na fatura energética.

Os demais indicadores evidenciam uma melhoria do desempenho da Oeiras Viva.

A análise económica e financeira das unidades de negócio da Oeiras Viva, está plasmada nas respetivas Demonstrações Financeiras, que se reproduzem no Anexo.

INDICADORES	2021	2022	2021-2022 em %
INDICADORES DE ATIVIDADE			
Volume Negócios €	1 788 426,15	1 847 321,21	3,3 ^o
EBITDA €	159 811,14	-37 062,16	-123,2 ^o
EBIT (Resultado Operacional) €	117 732,00	-78 544,14	-166,7 ^o
Rentabilidade Económica (%)	-9 ^o	1 ^o	112,0 ^o
Cash Flow Líquido €	-237 907,14	147 433,57	162,0 ^o
INDICADORES DE GESTÃO			
Volume de Negócios por Trabalhador €	24 498,99	25 305,77	3,3 ^o
Gastos Pessoal Gasto Total (%)	41,6 ^o	37,9 ^o	-8,7 ^o
FSE Gasto Total (%)	47,6 ^o	49,9 ^o	4,9 ^o
INDICADORES DE TESOURARIA			
Liquidez Geral (%)	81 ^o	110 ^o	36,8 ^o
INDICADORES DE EQUILIBRIO FINANCEIRO			
Autonomia Financeira (%)	49 ^o	51 ^o	5,1 ^o

Quadro 7. Indicadores 2º Semestre 2021-2022



Oeiras, 15 de Maio de 2023

O Presidente do Conselho de Administração

A handwritten signature in black ink, consisting of several loops and a long horizontal stroke at the end.

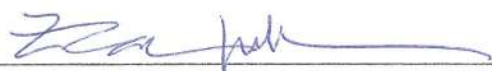
(Rui Daniel Mourinha)

O Vogal

A handwritten signature in black ink, featuring a large 'E' and 'C' with a small accent mark.

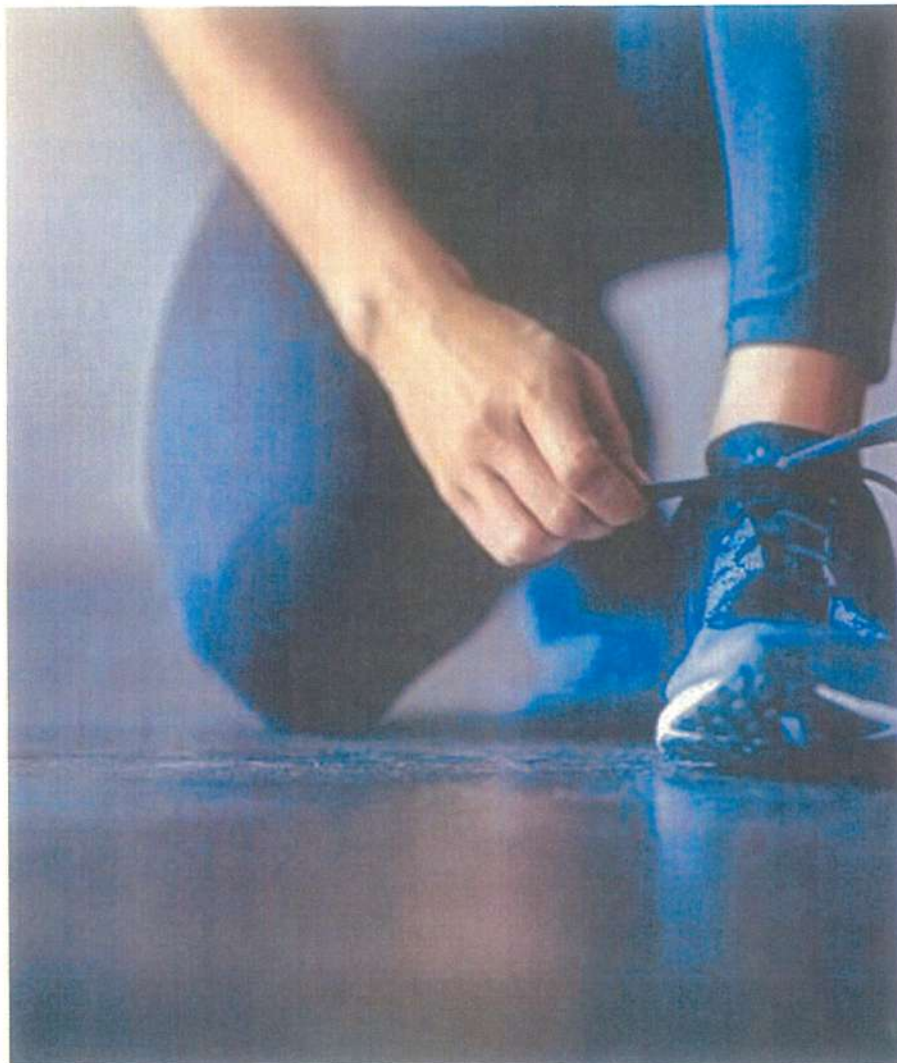
(Eduardo Correia)

A Vogal

A handwritten signature in black ink, with a stylized 'Z' and 'C'.

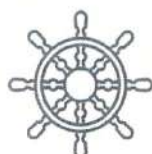
(Zalinda Campilho)

Anexo 1.



Demonstrações Resultados Por Unidade Negócio

I Área Lazer



OEIRAS MARINA



Em Euros

Rúbrica	Pisc. Oceânica			Porto de Recreio			Consolidado		
	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	248	251	1%	163 124	176 280	8%	163 372	176 531	8%
62 - FSE	184 334	264 653	44%	179 636	135 925	-24%	363 970	400 578	10%
63 - Gastos Pessoal	49 389	39 866	-19%	165 658	179 511	8%	215 047	219 377	2%
64 - Gastos Dep. Amort.	2 190	2 773	27%	7 767	8 359	8%	9 957	11 132	12%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	876	N/A	0	898	N/A	0	1 774	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	8	33 265	426369%	3 392	1 585	-53%	3 399	34 849	925%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	67	58	-13%	67	53	-20%	133	111	-17%
GASTOS Total	236 236	341 740	45%	519 643	502 611	-3%	755 879	844 351	12%
71 - Vendas Combustível	37	0	-100%	164 924	169 470	3%	164 961	169 470	3%
72 - Prestação Serviços	296 528	414 765	40%	522 694	512 479	-2%	819 222	927 243	13%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
753 - Sub. Explor C.Progr. - Gastos Gestão	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
76 - Reversões	0	0	N/A	26 347	1 508	-94%	26 347	1 508	-94%
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	8 078	10 994	36%	0	0	N/A	8 078	10 994	36%
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	3 034	1 003	-67%	2 835	312	-89%	5 868	1 315	-78%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	307 676	426 761	39%	716 800	683 769	-5%	1 024 476	1 110 530	8%
RESULTADO LÍQUIDO	71 440	85 021	19%	197 157	181 158	-8%	268 597	266 179	-1%

Quadro 1. Demonstração de Resultados – Comparativo 2º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido consolidado, desta unidade de negócio, é positivo .

II Desporto



1. PISCINAS MUNICIPAIS

Em Euros

Rúbrica	Pisc. Outurela			Pisc. Barcarena			Pisc. Linda-a-Velha			Consolidado		
	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	212	214	1%	212	214	1%	212	214	1%	636	641	1%
62 - FSE	136 198	251 926	85%	96 642	76 436	-21%	72 153	96 677	34%	304 993	425 038	39%
63 - Gastos Pessoal	71 256	53 056	-26%	76 742	53 034	-31%	69 298	63 806	-8%	217 296	169 897	-22%
64 - Gastos Dep. Amort.	3 016	3 093	3%	1 156	955	-17%	18 400	16 835	-9%	22 572	20 883	-7%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	747	N/A	0	747	N/A	0	747	N/A	0	2 240	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	7	200	2914%	7	200	2914%	1 146	1 340	17%	1 160	1 741	50%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	66	58	-12%	66	58	-12%	66	58	-12%	198	174	-12%
GASTOS Total	210 755	309 294	47%	174 824	131 644	-25%	161 276	179 677	11%	546 855	620 615	13%
71 - Vendas	0	46	N/A	0	0	N/A	0	34	N/A	0	81	N/A
72 - Prestação Serviços	112 940	158 199	40%	95 099	18 218	-81%	73 333	115 973	58%	281 372	292 390	4%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	83 302	45 653	-45%	93 539	31 649	-66%	48 676	28 736	-41%	225 517	106 039	-53%
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
753 - Sub. Explor C.Progr. - Gastos Gestão	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	108	0	-100%	107	0	-100%	107	0	-100%	323	0	-100%
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	2 460	1 984	-19%	3	22	657%	1 633	190	-88%	4 096	2 197	-46%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	198 810	205 883	4%	188 748	49 889	-74%	123 750	144 934	17%	511 308	400 706	-22%
RESULTADO LÍQUIDO	-11 945	-103 411	-766%	13 924	-81 755	-687%	-37 526	-34 743	7%	-35 547	-219 909	-519%

Quadro 2. Demonstração de Resultados – Comparativo 2º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido consolidado, desta unidade de negócio, é negativo .



2. PAVILHÕES, PARQUE E COMPLEXO DESPORTIVOS

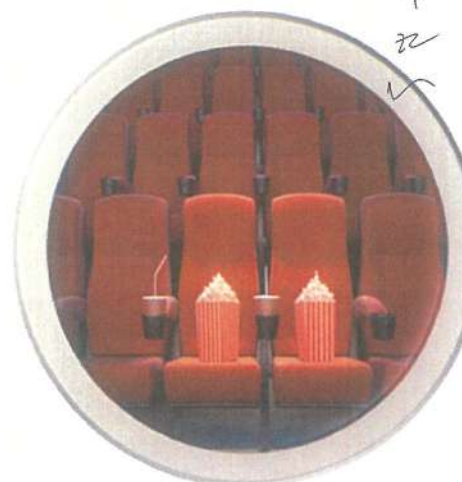
Em Euros

Rúbrica	PD Carlos Queiroz			Pavilhões			C. Desp Porto Salvo			Consolidado		
	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	202	204	1%	1 399	1 411	1%	202	204	1%	1 803	1 819	1%
62 - FSE	52 148	44 612	-14%	134 419	143 898	7%	9 015	11 074	23%	195 583	199 584	2%
63 - Gastos Pessoal	39 635	49 694	25%	193 681	224 266	16%	28 611	32 258	13%	261 926	306 218	17%
64 - Gastos Dep. Amort.	870	1 202	38%	6 262	4 803	-23%	578	652	13%	7 710	6 657	-14%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	713	N/A	0	4 930	N/A	0	713	N/A	0	6 356	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	5 362	191	-96%	44	1 323	2913%	6	191	2914%	5 412	1 706	-68%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	17	13	-22%	163	133	-19%	17	13	-22%	197	159	-19%
GASTOS Total	98 234	96 630	-2%	335 967	380 764	13%	38 429	45 105	17%	472 631	522 499	11%
71 - Vendas	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
72 - Prestação Serviços	119 832	74 474	-38%	191 690	166 213	-13%	19 306	21 309	10%	330 828	261 996	-21%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	15 883	40 554	155%	56 002	150 822	169%	0	0	N/A	71 885	191 376	166%
752 - Sub. Explor C. Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
76 - Imparidade dividida a	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	3	32	1071%	123	225	83%	3	32	1071%	128	289	125%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	135 718	115 060	-15%	247 815	317 260	28%	19 309	21 341	11%	402 841	453 662	13%
RESULTADO LÍQUIDO	37 483	18 430	-51%	-88 152	-63 504	28%	-19 121	-23 764	-24%	-69 790	-68 837	1%

Quadro 3. Demonstração de Resultados – Comparativo 2º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido consolidado, desta unidade de negócio, é negativo .

III CULTURA



PALÁCIO FLOR MURTA AUDITÓRIO RUY CARVALHO

Em Euros

Rúbrica	Palácio Flor da Murta			Aud. M. Ruy de Carvalho			Consolidado		
	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	202	204	1%	202	204	1%	405	408	1%
62 - FSE	15 933	18 939	19%	71 262	68 265	-4%	87 195	87 203	0%
63 - Gastos Pessoal	30 177	34 052	13%	19 901	27 694	39%	50 078	61 746	23%
64 - Gastos Dep. Amort.	608	680	12%	654	801	23%	1 262	1 481	17%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	713	N/A	0	713	N/A	0	1 426	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	6	191	2914%	6	191	2914%	13	383	2914%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	17	13	-23%	17	13	-23%	34	26	-23%
GASTOS Total	46 944	54 792	17%	92 042	97 882	6%	138 986	152 673	10%
71 - Vendas	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
72 - Prestação Serviços	51 651	45 041	-13%	68 267	76 475	12%	119 919	121 516	1%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
76 - Imparidade dividas a receber(perdas/reversões)	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	0	0	N/A	4 456	6 223	40%	4 456	6 223	40%
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	3	21	654%	3	21	654%	6	42	654%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A	0	0	N/A	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	51 654	45 062	-13%	72 726	82 719	14%	124 380	127 781	3%
RESULTADO LÍQUIDO	4 710	-9 730	-307%	-19 316	-15 162	22%	-14 606	-24 892	-70%

Quadro 4. Demonstração de Resultados – Comparativo 2º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido consolidado, desta unidade de negócio, é negativo .



IV. TURISMO



Em Euros

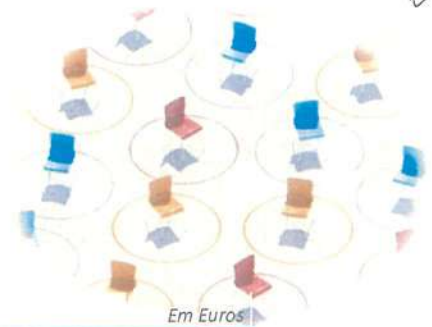
Rúbrica	Turismo		
	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	202	102	-50%
62 - FSE	8 150	2 849	-65%
63 - Gastos Pessoal	94 675	72 209	-24%
64 - Gastos Dep. Amort.	578	346	-40%
65 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A
67 - Provisões do Exercício	0	357	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	6	96	1407%
69 - Gastos e Perdas Financeiras	3	0	-100%
GASTOS Total	103 614	75 958	-27%
71 - Vendas	0	0	N/A
72 - Prestação Serviços	72 125	74 624	3%
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	0	0	N/A
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A
753 - Sub. Explor C.Progr. - Gastos Gestão	0	0	N/A
781 Rendim. Suplementares + 788 Outros	0	0	N/A
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	3	10	277%
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	72 128	74 635	3%
RESULTADO LÍQUIDO	-31 486	-1 324	96%

Quadro 5. Demonstração de Resultados – Comparativo 2º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido consolidado, desta unidade de negócio, é negativo .



V. MARKETING



Em Euros

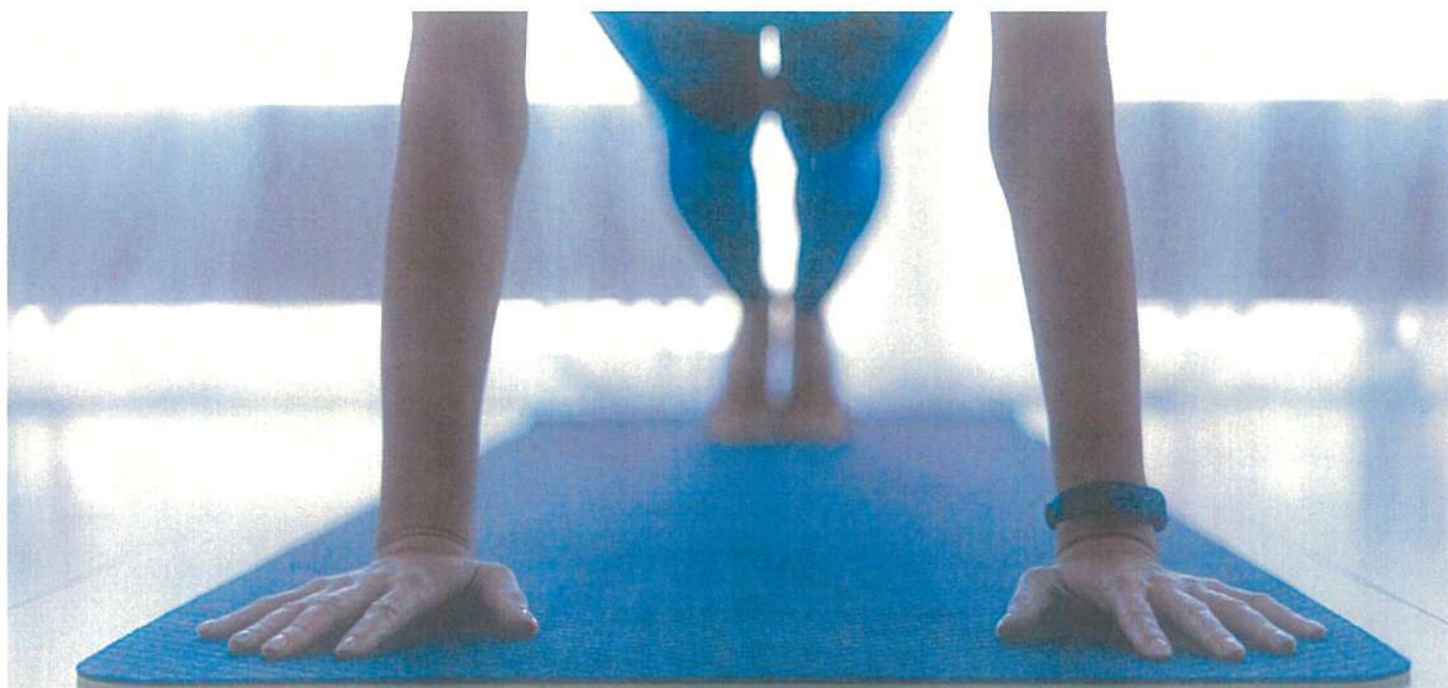
Rúbrica	Marketing		
	2021	2022	Desv %
61- CMVMC	0	102	N/A
62 - FSE	0	5 834	N/A
63 - Gastos Pessoal	0	22 871	N/A
64 - Gastos Dep. Amort.	0	983	N/A
3 - Perdas por Imparidade	0	0	N/A
7 - Provisões do Exercício	0	357	N/A
68 - Outros Gastos e Perdas	0	96	N/A
69 - Gastos e Perdas Financeiras	0	5	N/A
GASTOS Total	0	30 246	N/A
71 - Vendas	0	0	N/A
72 - Prestação Serviços	0	0	N/A
751 - Sub. Explor Contr. Programa CMO	0	0	N/A
752 - Sub. Explor C.Progr. - Necess. Interv.	0	0	N/A
33 - Sub. Explor C.Progr. - Gastos Gestão	0	0	N/A
31 Rendim. Suplementares + 788 Outros	0	0	N/A
7883- Imputação Subsídios p/ Investimento	0	10	N/A
79 - Juros e Dividendos	0	0	N/A
RENDIMENTOS Total	0	10	N/A
RESULTADO LÍQUIDO	0	-30 236	N/A

Quadro 6. Demonstração de Resultados – Comparativo 2º Semestre de 2021-2022

O Resultado Líquido desta unidade de negócio é negativo .



VI. SERVIÇOS DE APOIO GERAL



A empresa possui duas unidades operacionais, designadas de "Sede" e "Manutenção", que constituem a área de "Serviços de Apoio Geral".

A Oeiras Viva optou pelo critério de rateio de todos os Gastos incorridos por estes "Serviços de Apoio Geral", o qual assenta na repartição destes, por todas as demais Unidades de Negócio, em função do tempo gasto com cada um dos equipamentos e/ou, da percentagem de intervenções nas mesmas, de acordo com uma tabela de rateio.

Este critério de afetação dos Gastos, foi previsto no Orçamento de 2022 e introduzido no sistema informático de suporte à contabilidade e gestão – o «Primavera».

Anexo 2.

ANEXO DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

PARECER DOS REVISORES OFICIAIS CONTAS



oeirasviva.pt

OEIRAS VIVA - Gestão Equipamentos Socio Cultural e Desportivo, EM

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

EUROS

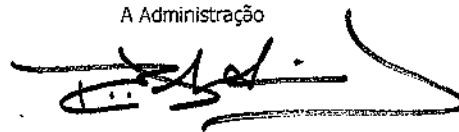
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODO	
		31/12/2022	31/12/2021
Vendas e serviços prestados	13	3.298.888,20	2.667.274,57
Subsídios à exploração	14	654.312,54	654.285,33
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	12	-272.411,14	-227.227,31
Fornecimentos e serviços externos	22	-1.954.222,44	-1.671.704,97
Gastos com o pessoal	20	-1.596.784,59	-1.550.608,38
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.1	1.507,80	26.346,94
Provisões (aumentos/reduções)	10.2	-12.508,90	0,00
Outros rendimentos	22	39.555,06	37.342,30
Outros gastos	22	-48.439,33	-14.370,09
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamentos e impostos		109.897,20	-78.661,61
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	7 e 8	-82.595,33	-85.234,19
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		27.301,87	-163.895,80
Juros e gastos similares suportados	11		
Resultado antes de impostos		27.301,87	-163.895,80
Imposto sobre o rendimento do período	17.1	-5.798,76	720,97
Resultado líquido do período		21.503,11	-163.174,83

Oeiras, 15 de Maio de 2023

O Contabilista Certificado

Quintina Conde dos Santos

A Administração



OEIRAS VIVA - Gestão Equipamentos Socio Cultural e Desportivo, EM

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

EUROS

RUBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31/12/2022	31/12/2021
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	8	753.212,78	816.326,56
Activos intangíveis	7	3.646,98	4.362,45
Outros activos financeiros	19	163.394,18	228.500,46
		920.253,94	1.049.189,47
Activo Corrente			
Inventários	12	5.034,88	3.771,81
Clientes	10 e 19	190.694,35	146.693,34
Outros créditos a receber	19	6.618,45	52.269,57
Diferimentos	19	20.571,01	47.088,76
Caixa e depósitos bancários	4	804.991,03	478.466,24
		1.027.909,72	728.289,72
Total do activo		1.948.163,66	1.777.479,19
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital Subscrito	18	100.965,57	100.965,57
Reservas legais	18	39.895,02	39.895,02
Resultados transitados	18	833.922,21	881.730,95
Ajustamentos/Outras variações no capital próprio	14 e 18	5.150,71	10.638,36
		979.933,51	1.033.229,90
Resultado líquido do período		21.503,11	-163.174,83
Total do capital próprio		1.001.436,62	870.055,07
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		12.508,90	0,00
Passivos por impostos diferidos	17	1.495,27	3.088,47
		14.004,17	3.088,47
Passivo corrente			
Fornecedores	19	180.625,68	215.333,27
Estado e outros entes públicos	22	168.719,98	124.806,55
Outras Dívidas a pagar	19	322.493,41	310.189,40
Diferimentos	19	260.883,80	254.006,43
		932.722,87	904.335,65
Total do passivo		946.727,04	907.424,12
Total do capital próprio e do passivo		1.948.163,66	1.777.479,19

Oeiras, 15 de Maio de 2023

O Contabilista Certificado

Augusta Conde dos Santos

A Administração

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

EUROS

RUBRICA	NOTAS		PERÍODOS	
			2022	2021
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS				
Recebimentos de clientes	19	+	3.966.103,24	3.210.259,23
Pagamentos a fornecedores	19	-	(2.464.043,31)	(2.114.762,86)
Pagamentos ao pessoal	20	-	(1.599.122,09)	(1.548.113,10)
Caixa gerada pelas operações		+/-	(97.062,16)	(452.616,73)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		+/-		13.806,40
Outros recebimentos/pagamentos	19	+/-	334.648,68	326.755,47
Fluxos de caixa das actividades operacionais	(1)	+/-	237.586,52	(112.054,86)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos respeitantes a:				
Activos fixos tangíveis	8	-	(25.480,12)	(69.734,49)
Activos intangíveis				
Investimentos financeiros		-	(546,63)	(2.336,24)
Recebimentos provenientes de:				
Activos fixos tangíveis			228,73	
Fluxo de Caixa das actividades de investimento	(2)		(25.798,02)	(72.070,73)
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos provenientes de:				
Financiamentos obtidos				
Realização de capital e outros instrumentos de capital próprio		+	116.959,28	381.334,70
Juros e gastos similares	11	-	(2.222,99)	(1.233,16)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento	(3)		114.736,29	380.101,54
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	(1)+(2)+(3)		326.524,79	195.975,95
Efeito das diferenças de câmbio		+/-		
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO INÍCIO DO PERÍODO	4	+/-	478.466,24	282.490,29
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES NO FIM DO PERÍODO	4	+/-	804.991,03	478.466,24

Oeiras, 15 de Maio de 2023

O Contabilista Certificado

Constança Conde dos Santos

A Administração

[Assinatura]

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS PERÍODOS DE 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Euros

DESCRIÇÃO	NOTAS	Capital Próprio atribuído aos detentores do capital da empresa-mãe						Total do Capital Próprio
		Capital Subscrito	Reservas legais	Outras reservas	Resultados Transfidos	Ajustamentos / Outras variações do capital próprio	Resultado líquido do período	
POSICÃO DO CAPITAL PRÓPRIO EM 01.01.2021		100.965,57	39.895,02	0,00	1.050.398,04	19.476,24	-547.435,95	663.298,92
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos por impostos diferidos	14 e 18				-2.565,84	2.565,84		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14 e 18				-11.403,72	-11.403,72		-11.403,72
SubTotal		0,00	0,00	0,00	-2.565,84	-8.837,88	0,00	-11.403,72
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO	18				-547.435,95	547.435,95		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 31.12.2021					-163.174,83	-163.174,83		-163.174,83
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	-550.001,79	384.261,12		-174.578,55
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Entradas para cobertura de perdas					381.334,70			381.334,70
Outras operações		0,00	0,00	0,00	381.334,70	0,00	0,00	381.334,70
POSICÃO DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31.12.2021		100.965,57	39.895,02	0,00	881.730,95	10.638,36	-163.174,83	870.055,07
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Ajustamentos por impostos diferidos	14 e 18				-1.593,20	1.593,20		0,00
Outras alterações reconhecidas no capital próprio	14 e 18				-7.080,85	-7.080,85		-7.080,85
SubTotal		0,00	0,00	0,00	-1.593,20	-5.487,65	0,00	-7.080,85
DISTRIBUIÇÃO DO RESULTADO	18				-163.174,83	163.174,83		
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO					21.503,11	21.503,11		21.503,11
RESULTADO INTEGRAL		0,00	0,00	0,00	-164.768,03	184.677,94		14.422,26
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								0,00
Realizações de prémios de emissão								0,00
Distribuições					116.959,29			0,00
Entradas para cobertura de perdas								116.959,29
Outras operações		0,00	0,00	0,00	116.959,29	0,00	0,00	116.959,29
POSICÃO DO CAPITAL PRÓPRIO EM 31.12.2022		100.965,57	39.895,02	0,00	833.922,21	5.150,71	21.503,11	1.001.436,62

O Contabilista Certificado

Constança Conde de Santos

A Administração



r
v

OEIRAS VIVA – GESTÃO EQUIP. CULTURAIS E DESPORTIVOS, E.M.

OEIRAS

Da nimo à vida

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2022

1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 ENTIDADE:	OEIRAS VIVA – Gestão Equipamentos Culturais e Desportivos, EM
NIPC	505 351 064
Natureza Jurídica	Entidade Empresarial Municipal
Capital	100.965,57 Euros
CAE principal	93110 – R3
1.2 SEDE:	PISCINA OCEANICA DE OEIRAS ESTRADA MARGINAL PRAIA DA TORRE, Oeiras, 2780-267 Oeiras

1.3 NATUREZA DA ACTIVIDADE:

A Oeiras Viva – Gestão de Equipamentos Sócio Culturais e Desportivos, E.M é uma empresa pública municipal criada ao abrigo da Lei número 58/98 de 18 de Agosto, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa e financeira e património próprio, a qual fica sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal de Oeiras constituída em 18/04/2001, tendo iniciado a sua actividade em 29/05/2001.

Tem como objecto social principal a gestão de espaços e equipamentos culturais, desportivos e de lazer que integram ou venham a integrar o património do Município de Oeiras ou aqueles que, a qualquer título estejam confiados ao Município para desenvolvimento daquelas actividades, bem como promover as acções necessárias à manutenção, reabilitação ou reequipamento desses espaços.

2. REFERENCIAL CONT. DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 SISTEMA DE NORMALIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho, que alterou e republicou o Decreto-Lei nº158/2009 de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de junho

0



de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adoptadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo International Accounting Standard Board e respectivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspectos particulares das transacções realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

O conjunto dos normativos que integram o SNC foi utilizado pela primeira vez em 2010 para a elaboração de demonstrações financeiras completas, passando a constituir o referencial de base para os períodos subsequentes. Estas normas foram ainda aplicadas ao período iniciado em 1 de Janeiro de 2009, de forma a garantir a necessária expressão e apresentação para efeitos comparativos.


As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria n.º 986/2009, de 7 de Setembro, designadamente o balanço, a demonstração de resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respectivos montantes em Euros.

2.2 INDICAÇÃO E JUSTIFICAÇÃO DAS DISPOSIÇÕES DO SNC QUE, EM CASOS EXCEPCIONAIS, TENHAM SIDO DERROGADAS E DOS RESPECTIVOS EFEITOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, TENDO EM VISTA A NECESSIDADE DE ESTAS DAREM UMA IMAGEM VERDADEIRA E APROPRIADA DO ACTIVO, DO PASSIVO E DOS RESULTADOS DA ENTIDADE

Não houve derrogações às disposições do SNC.

2.3 INDICAÇÃO E COMENTÁRIO DAS CONTAS DO BALANÇO E DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CUJOS CONTEÚDOS NÃO SEJAM COMPARÁVEIS COM OS DO EXERCÍCIO ANTERIOR:

Não existem contas do balanço e da demonstração de resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com o exercício anterior.


22
✓

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS:

3.1 BASES DE MENSURAÇÃO USADAS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras a que se referem as presentes notas, a empresa adoptou as Bases de Preparação das Demonstrações Financeiras em conformidade com o Decreto-Lei nº 98/2015, de 2 de junho que alterou e republicou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de Julho, e de acordo com a estrutura conceptual, Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro ("NCRF") e Normas Interpretativas ("NI") consignadas, respetivamente, nos avisos 8254/2015, 8256/2015 e 8258/2015, de 29 de junho de 2015, as quais, no seu conjunto, constituem o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC").

Assim, as demonstrações financeiras foram preparadas tendo em conta as bases de continuidade, do regime do acréscimo, da consistência de apresentação, da materialidade e agregação, da não compensação e da informação comparativa.

Tendo em consideração a informação disponível à data de aprovação das contas entendemos que não está em causa o pressuposto da continuidade em que assenta a preparação das demonstrações financeiras com referência a 31.12.2022.

Tendo por base o disposto nas NCRF, as políticas contabilísticas adoptadas pela empresa foram as seguintes:

a) Activos Intangíveis

Os activos intangíveis, que compreendem essencialmente programas de computador e licenças, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de quaisquer perdas por imparidade acumuladas (modelo do custo). Estes activos são amortizados a partir do momento em que os activos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente, durante um período de 3 anos, decorrente da aplicação das taxas de amortização correspondente aos anos de vida útil.

Os activos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Empresa, sejam por ela controláveis e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

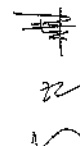
As despesas de desenvolvimento para as quais a Empresa demonstre capacidade para completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização e/ou use e relativamente às quais seja provável que o seu activo criado venha a gerar benefícios económicos futuros, são capitalizadas. As despesas de desenvolvimento que não cumpram estes critérios são registadas como gasto no período em que são incorridas.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate destes activos são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados, como "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e/ou perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de





factura, as despesas de transporte, montagem e os outros encargos necessários para a sua colocação em funcionamento.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente e plurianual são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros activos tangíveis são registadas como activos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e amortizadas às taxas correspondentes à vida útil residual dos respectivos activos fixos principais.

As depreciações são calculadas, pelo método da linha recta numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	4-20
Equipamento Básico	4-14
Equipamento de transporte	10
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos tangíveis	4-20

No momento do abate ou alienação são calculados os ganhos ou perdas respectivos, face ao valor líquido dos bens, e são registados como outros rendimentos e ganhos ou outros gastos ou perdas.

c) Locações

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato. Os contratos de locação, em que a Empresa age como locatário, são classificados como locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse, e como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

De acordo com o método financeiro, o custo do activo é registado como um activo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo, na rubrica "Financiamentos obtidos", e os juros incluídos no valor das rendas e a reintegração do activo são registados como gasto na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

d) Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são registadas pelo seu valor nominal e apresentadas no balanço deduzidas de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica "Imparidade de dívidas a receber (perdas/ reversões)", de forma a reflectir o seu valor realizável líquido.

ii) Fornecedores e dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas pelo seu valor nominal.



iii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual da transacção, independentemente da forma legal que assumem.

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados inicialmente pelo seu justo valor, deduzido dos custos de transacção incorridos, e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efectiva.

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As distribuições efectuadas por conta de instrumentos de capital são deduzidas ao capital próprio como dividendos quando declaradas.

iv) Caixa e equivalentes de caixa




Os montantes incluídos na rubrica "Caixa e equivalentes do caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor.

e) **Imparidade**

A empresa avaliou a imparidade destes ativos no final do ano. Sempre que existiu uma evidência objectiva de imparidade, a empresa reconheceu uma perda de imparidade na demonstração de resultados.

A evidência objectiva de imparidade teve em conta dados observáveis que chamassem a atenção sobre os seguintes eventos de perda:

- Significativa dificuldade financeira do devedor;
- Quebra contratual, tal como não pagamento ou incumprimento no pagamento do juro ou amortização da dívida;
- A empresa, por razões económicas ou legais relacionadas com a dificuldade financeira do devedor, ofereceu ao devedor concessões que de outro modo não consideraria;
- Tornar-se provável que o devedor irá entrar em falência ou qualquer outra reorganização financeira;
- O desaparecimento de um mercado ativo financeiro devido a dificuldades financeiras do devedor;
- Informação observável indicando que existe uma diminuição na mensuração da estimativa dos fluxos de caixa futuros de um Grupo de ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros individualmente significativos foram avaliados individualmente para efeitos de imparidade. Os restantes foram avaliados com base em similares características de risco de crédito.

f) Provisões, passivos contingentes e activos contingentes

As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, e em que seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data. As provisões para custos de reestruturação são reconhecidas sempre que exista um plano formal e detalhado de reestruturação e que o mesmo tenha sido comunicado às partes envolvidas.

Os passivos contingentes são definidos pela Empresa como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros, incertos e não totalmente sob o controlo da empresa; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um exfluxo de recursos que incorpore benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota.

Os activos contingentes surgem normalmente de eventos não planeados ou outros esperados que darão origem à possibilidade de um influxo de benefícios económicos para a Empresa. A Empresa não reconhece activos contingentes nas suas demonstrações financeiras mas apenas procede à sua divulgação se considerar que os benefícios económicos que daí poderão resultar para a Empresa forem prováveis. Quando a realização do proveito for virtualmente certa, então o activo não é contingente e o reconhecimento é apropriado.

g) Especialização de Exercícios

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

h) Imposto sobre o rendimento do período

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos como gastos dos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras encontram-se corrigidos pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, caso existam diferenças temporárias tributáveis e/ou dedutíveis.

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 21% sobre a matéria coletável superior a 25.000 Euros, aplicando-se a taxa de 17% para a matéria coletável inferior a essa quantia, nos termos do artigo 87º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, que pode ser incrementada pela Derrama até à taxa máxima de 1,5% do lucro tributável, resultando numa taxa de imposto agregada, máxima, de 22,5%. Adicionalmente, os lucros tributáveis que excedam os 1.500.000 Euros são sujeitos a derrama estadual, nos termos do artigo 87º-A do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 Euros e 7.500.000 Euros;



- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 Euros e 35.000.000 Euros;
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 Euros.

Adicionalmente, para o exercício de 2022 e seguintes a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável é condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 Euros;
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas a Empresa encontra-se sujeita a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de doze anos para as PME (para as não PME o prazo de reporte para os prejuízos gerados em 2017, 2018, 2019 e 2022 é de 5 anos), e estão limitados a 70% do lucro tributável da Empresa (80% para prejuízos gerados em 2020 e 2021).

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2019 a 2022, inclusive, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração considera que dessas revisões não surgirão correções à matéria coletável declarada que tenham impacto significativo nas demonstrações financeiras.

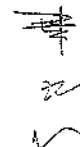
Os impostos que não se encontrem pagos, quer relativos ao período corrente quer a anteriores, são reconhecidos no passivo pelo valor que se estima vir a pagar, com base nas taxas e nas normas fiscais aplicáveis à data do balanço. No entanto, se os montantes já pagos relativos a esses períodos excederem os valores devidos, são reconhecidos no activo na medida do excesso.

O efeito fiscal decorrente de transacções ou de quaisquer outras operações cujos reflexos se encontrem traduzidos nos resultados do período é também reconhecido nos resultados do mesmo período, sendo expresso na demonstração de resultados na rubrica "Imposto sobre o rendimento do período". No entanto, se esses reflexos se produzirem directamente nos capitais próprios, o efeito fiscal é também reconhecido nos capitais próprios, por dedução ou acréscimo à rubrica que esteve na sua origem.

Os efeitos tributários dos ajustamentos de transição decorrentes da sucessão dos normativos contabilísticos encontram-se regulados pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 159/2009, de 13 de Julho, onde se determina que esses ajustamentos concorrem para a formação do lucro tributável num período de 5 anos, em partes iguais, com início em 2010.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos activos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respectivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios fiscais obtidos e de diferenças temporárias entre o resultado fiscal e contabilístico.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.



Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Anualmente é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos, no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa actual de recuperação futura.

i) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social, ADSE e Caixa Geral de Aposentações de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respectivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de Dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

j) Inventários

Os inventários são mensurados ao custo de compras mais custos de conversão mais outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na condição actual. Isto é, o preço da factura mais todas despesas de necessárias (transporte e seguro) para a colocação do bem para venda.

O método de custeio das saídas utilizado é o FIFO "primeira entrada, primeira saída". O FIFO pressupõe que os itens de inventário que foram adquiridos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e consequentemente os itens que permanecem em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados.

k) Custos dos Empréstimos Obtidos


Os custos dos empréstimos obtidos são mensurados ao custo, ou seja, os passivos são registados pela quantia dos activos recebidos em troca da obrigação, pelo que no caso de um empréstimo o mesmo é mensurado e reconhecido pela quantia recebida da instituição financeira.

Os custos dos empréstimos são os custos de juros e outros incorridos pela empresa relativos aos pedidos de empréstimos de fundos.

l) Rédito

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado.




22
✓

m) Subsídios do Governo

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à Exploração" da demonstração de resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com activos não depreciables e intangíveis com vida útil indefinida, são mantidos nos capitais próprios, excepto se a respectiva quantia for necessária para compensar qualquer perda por imparidade.

n) Rubricas de Capital Próprio

Capital Realizado: O capital da sociedade encontra-se integralmente subscrito e realizado, conforme consta na escritura da sociedade.

Reservas Legais: De acordo com o nº 2 do artigo 30º da Lei 53-F/2006, pelo menos 10% do resultado tem de ser destinado à constituição ou reforço da reserva legal. A reserva legal não é distribuível a não ser em caso de liquidação e só pode ser utilizada para absorver prejuízos (nº 3 do artigo 30º da Lei 53-F/2006). No entanto, este mesmo artigo afirma «os estatutos podem prever as reservas cuja utilização fique sujeita a restrições».

Outras Reservas: Compreende todas as quantias de todas e quaisquer reservas distribuíveis, cuja afectação decorre de deliberações dos detentores de capital.

Resultados Transitados: Rubrica que reflecte os resultados dos períodos anteriores, para os quais não existe uma deliberação específica sobre a sua aplicação (se lucros), ou cobertura (se prejuízos). Esta rubrica regista, também, alguns efeitos decorrentes da NCRF 4 – Políticas Contabilísticas, Alterações nas Estimativas e Erros, e efeitos da mudança de referencial contabilístico, tal como definido na NCRF 3 – Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

Outras Variações no Capital Próprio: Nesta rubrica estão lançados os apoios do governo ao investimento, isto é subsídios que destinam a apoiar a realização de investimento.

o) Efeito das alterações das taxas de câmbio

Todos os activos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para Euros utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data do balanço. As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço, foram registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício.

p) Eventos Subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço ("acontecimentos que dão lugar a ajustamentos") são reflectidos nas demonstrações financeiras da Empresa. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço



("acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos"), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 OUTRAS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS RELEVANTES

a) Fluxos de Caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a NCRF 2, através do método directo. A Empresa classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os investimentos com vencimento a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, incluindo os valores cativos de depósitos a prazo.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em actividades operacionais, de financiamento e de investimento. As actividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos a pessoal e outros relacionados com a actividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de investimento incluem recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e da venda de activos fixos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas actividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e contratos de locação financeira.

3.3 PRINCIPAIS JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS UTILIZADOS NA PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

Na preparação das demonstrações financeiras de acordo com o SNC, a Administração utiliza julgamentos, estimativas e pressupostos que afetam a aplicação de políticas e montantes reportados.

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e outros factores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultados de uma informação ou experiência adquirida. Os efeitos reais podem diferir dos julgamentos e estimativas efectuados, nomeadamente no que se refere ao impacto dos custos e proveitos que venham realmente a ocorrer.

As estimativas contabilísticas mais significativas reflectidas nas demonstrações financeiras da empresa são como se segue:

Vida útil dos activos fixos tangíveis e intangíveis

A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que esse activo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

O método de amortização/depreciação a aplicar e as perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar a vida útil efectiva de um activo.

Estes parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa de gestão, para os activos e negócios em questão, considerando também as práticas adoptadas pela empresa.

No momento da transição para o SNS, a empresa utilizou o custo considerado para a valorização dos seus equipamentos, e considerou para tal o justo valor no momento da transição. Neste momento foram também redefinidas as vidas úteis destes equipamentos com base no período que se esperava que este tivesse disponível para uso.

Provisões

O reconhecimento de provisões tem inerente a determinação da probabilidade de saída de fluxos futuros e a sua mensuração com fiabilidade.

Estes factores são muitas vezes dependentes de acontecimentos futuros e nem sempre sob o controlo da empresa pelo que poderão conduzir a ajustamentos significativos futuros, quer por

variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Recuperabilidade de saldos devedores de clientes e outros devedores

As perdas por imparidade relativas a saldos devedores de clientes e outros devedores são baseadas na avaliação efectuada pela Empresa quanto á existência de prova objectiva de imparidade e da probabilidade de recuperação dos saldos das contas a receber, antiguidade de saldos, anulação de dívidas e outros factores incluindo o factor de actualização financeira (à taxa de juro original efectiva ou que resultaria no momento do reconhecimento inicial do ativo em causa). Existem determinadas circunstâncias e factos que podem alterar a estimativa das perdas por imparidade dos saldos das contas a receber face aos pressupostos considerados, incluindo alterações da conjuntura económica, das tendências sectoriais, da deterioração da situação creditícia dos principais clientes e de incumprimentos significativos. Este processo de avaliação está sujeito a diversas estimativas e julgamentos. As alterações destas estimativas podem implicar a determinação de diferentes níveis de imparidade, e consequentemente, diferentes impactos nos resultados.

Imparidade de Ativos Fixos Tangíveis

As perdas por imparidade refletem a diferença entre a quantia escriturada de um ativo em relação à sua quantia recuperável. Uma entidade deve avaliar em cada data de relato se há qualquer indicação de que um ativo possa estar com imparidade, no sentido de verificar se deve estimar a quantia recuperável do ativo.

A gestão para avaliação dos indícios de imparidade considerou os seguintes aspetos:

Fontes externas de informação:

- a) Durante o período, o valor de mercado de um ativo diminuiu significativamente mais do que seria esperado como resultado da passagem do tempo ou do uso normal.
- b) Ocorreram, durante o período, ou irão ocorrer no futuro próximo, alterações significativas com um efeito adverso na entidade, relativas ao ambiente tecnológico, de mercado, económico ou legal em que a entidade opera ou no mercado ao qual o ativo está dedicado.
- c) As taxas de juro de mercado ou outras taxas de mercado de retorno de investimentos aumentaram durante o período, e esses aumentos provavelmente afetarão a taxa de desconto usada no cálculo do valor de uso de um ativo e diminuirão materialmente a quantia recuperável do ativo.
- d) A quantia escriturada dos ativos líquidos da entidade é superior à sua capitalização de mercado.

Fontes internas de informação:

- a) Está disponível evidência de obsolescência ou dano físico de um ativo.
- b) Alterações significativas com um efeito adverso na entidade ocorreram durante o período, ou espera-se que ocorram num futuro próximo, até ao ponto em que, ou na forma em que, um ativo seja usado ou se espera que seja usado. Estas alterações incluem um ativo que se tornou ocioso, planos para descontinuar ou reestruturar a unidade operacional a que o ativo pertence e planos para alienar um ativo antes da data anteriormente esperada.
- c) Avaliação do desempenho económico de um ativo é, ou será, pior do que o esperado.

4. FLUXOS DE CAIXA

A rubrica de caixa e depósitos bancários, decompõe-se da seguinte forma:

[Handwritten marks]

Valores em Euros

Meios financeiros líquidos constantes do balanço		31.12.2022			31.12.2021		
		Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais	Quantias disponíveis para uso	Quantias indisponíveis para uso	Totais
Caixa	Numerário	1.666,95	0,00	1.666,95	527,49	0,00	527,49
	Subtotais	1.666,95	0,00	1.666,95	527,49	0,00	527,49
Depósitos bancários	Depósitos à ordem	803.324,08	0	803.324,08	477.938,75	0	477.938,75
	Subtotais	803.324,08	0,00	803.324,08	477.938,75	0,00	477.938,75
Totais		804.991,03	0,00	804.991,03	478.466,24	0,00	478.466,24

5. POLÍTICAS CONT., ALTERAÇÕES DAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS:

Durante o exercício de 2022 não ocorreram alteração de estimativas contabilísticas, nem foram reconhecidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. PARTES RELACIONADAS:

A Oeiras Viva, E.M está sujeita aos poderes de tutela e superintendência da Câmara Municipal de Oeiras.

A 31 de Dezembro de 2022 e 2021 os saldos e transacções ocorridas com a Câmara Municipal de Oeiras correspondem aos seguintes valores:

Valores em Euros

Balanço a 31/12/2022	Clientes	Fornecedores	Devedores acrescimos	Diferimentos
Camara Municipal Oeiras	77.585,83	0,00	0,00	0,00

Valores em Euros

Balanço a 31/12/2021	Clientes	Fornecedores	Devedores acrescimos	Diferimentos
Camara Municipal Oeiras	26.802,70	(148,81)	47.978,49	0,00

Valores em Euros

Demonstração de Resultados 31/12/2022	Fornecimentos ser. externos	Prestações serviços	Subsídios exploração
Camara Municipal Oeiras	171,69	613.818,80	654.312,54

Valores em Euros

Demonstração de Resultados 31/12/2021	Fornecimentos ser. externos	Prestações serviços	Subsídios exploração
Camara Municipal Oeiras	311,79	579.501,85	654.285,33

a) O valor das prestações de serviços é relativo ao aluguer dos espaços culturais e desportivos sob a gestão da Oeiras Viva e a consumo de electricidade.

[Handwritten mark]

[Handwritten marks]

7. ACTIVOS INTANGÍVEIS

De acordo com a política contabilística, os activos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os activos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a empresa e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

Os valores constantes na rubrica de programas de computador respeitam a software de controlo de gestão e respectivas actualizações. São usados pela entidade há vários anos, sendo que 90% dos bens estão totalmente amortizados não sendo possível mensurar os valores fiavelmente.

As licenças de utilização de software estão mensuradas na rubrica de propriedade industrial. As amortizações são calculadas, pelo método da linha recta numa base duodecimal, a partir do momento em que os bens estão disponíveis para utilização, de acordo com as seguintes vidas médias estimadas:

	Anos
Programas de Computador	3
Propriedade Industrial	3

Entre 1 de Janeiro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022, o movimento ocorrido nos activos intangíveis foi o seguinte:

Valores em Euros

	Activos intangíveis	Propriedade industrial		Totais
		Programas de computador	Licenças e franquias	
Em 01.01.2021	Quantias brutas escrituradas	98.334,99	30.238,96	128.573,95
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(98.334,99)	(30.238,96)	(128.573,95)
	Quantias líquidas escrituradas	0,00	0,00	0,00
	Aquisições	5.682,39	0,00	5.682,39
	Amortizações exercício	(1.319,94)	0,00	(1.319,94)
Em 31.12.2021	Quantias brutas escrituradas	104.017,38	30.238,96	134.256,34
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(99.654,93)	(30.238,96)	(129.893,89)
	Quantias líquidas escrituradas	4.362,45	0,00	4.362,45
	Aquisições	1.767,64	0,00	0,00
	Amortizações exercício	(2.483,11)	0,00	(2.483,11)
Em 31.12.2022	Quantias brutas escrituradas	104.017,38	30.238,96	134.256,34
	Amortizações e perdas por imparidade acumuladas	(100.370,40)	(30.238,96)	(130.609,36)
	Quantias líquidas escrituradas	3.646,98	0,00	3.646,98

8. ACTIVOS TANGÍVEIS

De acordo com a política contabilística, os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e/ou perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de factura, as despesas de transporte, montagem e os outros encargos necessários para a sua colocação em funcionamento.

[Handwritten mark]

[Handwritten marks]

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pela gestão, por contrapartida da rubrica 'Amortizações e depreciações' da demonstração de resultados.

As taxas anuais utilizadas correspondem à vida útil estimada dos bens:

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	4-20
Equipamento Básico	4-14
Equipamento de transporte	10
Equipamento administrativo	3-10
Outros activos tangíveis	4-20

Entre 1 de Janeiro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022, o movimento ocorrido nos activos intangíveis foi o seguinte:

Valores em Euros

Activos fixos tangíveis	Edifícios e outras construções					Outros activos fixos tangíveis	Totais
	Terrenos	Edifícios	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo		
Em 01.01.2021							
Quantias brutas escrituradas	469.000,00	1.682.683,27	738.565,95	6.600,00	295.058,94	508.363,54	3.700.271,70
Depreciações e perdas por imp. acumuladas	0,00	(1.411.192,85)	(700.140,89)	(6.600,00)	(240.506,82)	(487.160,91)	(2.845.601,47)
Quantias líquidas escrituradas	469.000,00	271.490,42	38.425,06	0,00	54.552,12	21.202,63	854.670,23
Adições	0,00	0,00	9.898,02	4.500,00	17.886,54	13.286,02	45.570,58
Depreciações	0,00	(40.553,25)	(9.655,83)	(75,00)	(21.863,96)	(11.766,21)	(83.914,25)
Em 31.12.2021							
Quantias brutas escrituradas	469.000,00	1.682.683,27	748.463,97	11.100,00	312.945,48	521.649,56	3.745.842,28
Depreciações e perdas por imp. acumuladas	0,00	(1.451.746,10)	(709.796,72)	(6.675,00)	(262.370,78)	(498.927,12)	(2.929.515,72)
Quantias líquidas escrituradas	469.000,00	230.937,17	38.667,25	4.425,00	50.574,70	22.722,44	816.326,56
Adições	0,00	6.516,99	815,92	0,00	7.372,26	2.522,00	17.227,17
Diminuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	(228,73)	(228,73)
Depreciações	0,00	(36.771,09)	(9.951,82)	(450,00)	(25.725,12)	(7.213,20)	(80.112,22)
Em 31.12.2022							
Quantias brutas escrituradas	469.000,00	1.689.200,26	749.279,89	11.100,00	320.317,74	523.942,83	3.762.840,72
Depreciações e perdas por imp. acumuladas	0,00	(1.488.517,18)	(719.746,54)	(7.125,00)	(288.096,90)	(506.140,32)	(3.009.627,94)
Quantias líquidas escrituradas	469.000,00	200.683,08	29.531,35	3.975,00	32.220,84	17.802,51	753.212,78

9. LOCACÕES

As locações são registadas conforme descrito na alínea c) do parágrafo 3.1.
 A Oeiras Viva, EM não tem locações financeiras no período em análise.

[Handwritten signature]

[Handwritten marks]

Os futuros pagamentos mínimos das locações operacionais detalham-se como se segue:

	Valores em Euros	
	31.12.2022	31.12.2021
Pagamentos até 1 ano	9.904,87	1.312,68
Pagamentos entre 1 e 5 anos	21.666,24	1.362,08
Totais	31.571,10	2.674,76

10. IMPARIDADES E PROVISÕES

10.1 IMPARIDADE DE ACTIVOS

A 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022 o valor das imparidades é a seguinte:

Quantias das perdas por imparidade e respectivas reversões incluídas em cada uma das linhas das demonstrações dos resultados	Saldo inicial	Aumentos	Reversões	Totais		Quantias líquidas
				Aumentos	Reversões	
31.12.2022 Demonstração de resultados: Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	156.514,49		- 1.507,80		- 1.507,80	155.006,69
31.12.2021 Demonstração de resultados: Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	182.661,43		-26.346,94		- 26.346,94	156.314,49

10.2 PROVISÕES

No decurso do ano 2022 a empresa foi notificada pela Segurança Social para pagar a quantia de € 12.508,90 referente a devolução de prestações de desemprego de uma colaboradora. A Administração entende que o valor não é devido, tendo apresentado contestação. Contudo, em virtude de não se saber o desfecho do processo, foi entendimento da mesma, constituir provisão.

De referir que encontra-se em curso um processo judicial contra a Oeiras Viva, cuja acção ascende a 111 803 euros, cujo desfecho é imprevisível. Importa referir que, considerando informação do nosso advogado e avaliação da gestão consideramos que não existe fundamento para o valor da acção apresentado.

11. CUSTO DOS EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

A conta de financiamentos obtidos Caixa Geral de Depósitos a 31.12.2022, tem valor €0,00 (Regularizada).

12. INVENTÁRIOS:

A empresa adoptou como método de custeio o custo de aquisição, utiliza o sistema de inventário permanente e o método de custeio das saídas adoptado pela empresa é o FIFO. O FIFO "primeira entrada, primeira saída" pressupõe que os itens de inventário que foram

[Handwritten signature]

[Handwritten marks]

adquiridos primeiro sejam vendidos em primeiro lugar e consequentemente os itens que permanecem em inventário no fim do período sejam os itens mais recentemente comprados.

A 31 de Dezembro de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, o movimento ocorrido nos inventários foi o seguinte:

Valores em Euros

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período		Período 31.12.2021					Período 31.12.2022				
		Mercadorias				Totais	Mercadorias				Totais
		Combustível	Livros e T Shirts	Cartões Magnéticos	Outros		Combustível	Livros e T Shirts	Cartões Magnéticos	Outros	
Demonstração do custo das mercadorias	Inventários no início do período	0,00	670,65	4.653,66	1.595,53	7.320,84	0,00	134,15	2.365,85	1.271,81	3.771,81
	Compras	223.678,28	0,00	0,00	0,00	223.678,28	268.630,35	0,00	0,00	4.843,86	273.674,21
	Inventários no fim do período	0,00	(134,15)	(2.365,85)	(1.271,81)	(3.771,81)	0,00	0,00	(2.176,89)	(2.858,02)	(5.034,89)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		= 223.678,28	736,50	2.487,81	0,00	227.227,31	268.630,35	134,15	186,99	0,00	272.411,14
Totais		= 223.678,28	736,50	2.487,81	0,00	227.227,31	268.630,35	134,15	186,99	0,00	272.411,14

As Mercadorias em consignação são mercadorias que são colocadas junto do vendedor, apesar do seu dono original (fornecedor) não perder a sua propriedade, isto até que o vendedor consiga vendê-las, momento no qual ele repassará ao dono das mercadorias o montante acordado (o preço de venda das mercadorias, eventualmente deduzido de uma comissão para o vendedor).

O combustível é uma mercadoria à consignação. O preço praticado está de acordo com os preços de referência da Galp Energia que vigoram no momento da sua entrega, deduzidos dos descontos indicados. A margem de revenda depende do tipo combustível e é faturada mensalmente.

13. RÉDITO:

Os rendimentos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos activos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2021 e 31 de Dezembro de 2022 foram as seguintes:

[Handwritten signature]

[Handwritten marks]

Valores em Euros

Quantias dos réditos reconhecidas no período	Período 31.12.2022			Período 31.12.2021		
	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior	Réditos reconhecidos no período	Proporção face ao total dos réditos reconhecidos no período	Variação percentual face aos réditos reconhecidos no período anterior
Venda de bens						
Combustíveis	267.742,46	8,12%	23,80%	216.271,50	8,11%	0,00%
Livros	0,00	0,00%	0,00%	0,00	0,00%	0,00%
Cartões Magnéticos	117,92	0,00%	(9,35%)	130,08	0,00%	0,00%
Outros	328,56	0,00%	50,19%	218,75	0,00%	0,00%
Prestação de serviços						
Piscinas	1.163.724,96	35,28%	53,53%	758.001,76	28,42%	0,00%
Pavilhões	485.815,81	14,73%	10,47%	439.779,21	16,49%	0,00%
Auditórios	163.988,38	4,97%	59,92%	102.544,63	3,84%	0,00%
Porto Recreio	1.140.763,47	34,58%	23,16%	926.252,93	34,73%	0,00%
Posto Turismo	0,00	0,00%		144.249,60	5,41%	0,00%
Outros	76.406,63	2,32%	(4,28%)	79.826,11	2,99%	0,00%
Totais	3.298.888,20	100,00%	23,68%	2.667.274,57	100,00%	32,66%

14. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

14.1 SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO

Como contrapartida das obrigações assumidas pela empresa foi atribuído no exercício de 2002 pela Câmara Municipal de Oeiras a título de indemnização compensatória o montante de 324.314,00 euros, sendo uma parcela no valor de 200.000,00 euros pela realização das obras de reabilitação dos equipamentos sob gestão da Empresa, e no exercício 2003 o valor de 310.000,00 euros sendo 60.000,00 euros destinados às obras.

Em 2004 a atribuição do montante de 124.000,00 euros incluída na Indemnização Compensatória total de 400.000,00 euros foi totalmente reconhecida como Subsídio à Exploração uma vez que a empresa não subcontratou entidades externas para a realização das ditas obras, mas efectuou-as ela própria através da sua equipa de manutenção.

Em 2005 foi recebido da Câmara Municipal de Oeiras para reabilitação dos equipamentos sob gestão da Oeiras Viva, E.M o montante de 71.250,00 euros, verba incluída na Indemnização Compensatória atribuída em 10 de Janeiro de 2005 no total de 500.000,00 euros.

No mesmo exercício considerando a transferência da gestão do Porto de Recreio de Oeiras para a Oeiras Viva, E.E.M. e a exigência de instalação e financiamento do diverso equipamento, cuja aquisição não se encontrava estabelecida no contrato programa de 10 de Janeiro de 2005 foi

[Handwritten mark]

celebrado em 2 de Agosto de 2005 a atribuição de um reforço da Indemnização Compensatória inicial no montante de 150.000,00 euros.

No exercício de 2006 foi atribuído através da Proposta de Deliberação n.º 340/06 a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 500.000,00 euros a título de indemnização compensatória nos investimentos de rendibilidade não demonstrada a efectuar no âmbito da recuperação dos equipamentos das instalações desportivas a saber (valores em euros):

* Piscina Oceânica de Oeiras	190.550,00
* Piscina Municipal de Outurela/Portela	55.000,00
* Piscina Municipal de Barcarena Prof. Noronha Feio	15.000,00
* Pavilhões Desportivos	80.000,00
* Auditórios Municipais	15.000,00
* Porto de Recreio de Oeiras	144.450,00

Em 16 de Fevereiro de 2007 foi assinado o Contrato-Programa n.º 47/2007 para recuperação das instalações desportivas geridas pela Oeiras Viva tendo sido atribuído o montante de 300.000,00 euros a título de comparticipação pública pelos investimentos de rendibilidade não demonstrada que esta se obriga a efectuar. Foi realizado no exercício de 2007 o montante de 253.162,84 euros distribuídos da seguinte forma (valores em euros):

* Auditórios Municipais	35.665,50
* Pavilhão Desportivo Carlos Queiroz	67.567,31
* Piscina Municipal de Barcarena Prof. Noronha Feio	11.737,78
* Piscina Municipal Outurela/Portela	11.988,52
* Piscina Municipal de Linda-a-Velha	3.577,33
* Piscina Oceânica de Oeiras	52.427,78
* Porto de Recreio de Oeiras	70.198,62

Em 18 de Fevereiro de 2008 foi assinado o Contrato-Programa n.º 16/2008 com o Município de Oeiras com a finalidade de ser realizadas intervenções de conservação e beneficiação das instalações desportivas municipais sob a gestão da Oeiras Viva, E.E.M. de forma a dotar os equipamentos de condições mínimas de segurança e conforto para os utilizadores. Foi atribuído o montante de 300.000,00 euros a título de indemnização compensatória nos investimentos de rendibilidade não demonstrada a efectuar no âmbito da recuperação dos equipamentos das instalações desportivas a saber (valores em euros):

* Manutenção	116.968,50
* Recuperação de Equipamentos	198.129,52

No exercício de 2009 foi atribuído através da Proposta de Deliberação uma comparticipação financeira no valor de 250.000,00 euros a título de indemnização compensatória nos investimentos de rendibilidade não demonstrada a efectuar no âmbito da recuperação dos equipamentos das instalações desportivas.



Em 2010 a comparticipação financeira foi no valor de 250.000,00 euros.

Os subsídios ao investimento são os seguintes:

Valores em Euros

Quantias dos subsídios reconhecidas na demonstração dos resultados e no balanço		Período 31.12.2021		Período 31.12.2020		
		Demonstração dos resultados	Balanço	Demonstração dos resultados	Balanço	
		Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	Imputadas em outros rendimentos e ganhos	Reconhecidas no capital próprio (Outras variações no capital próprio)	
Não reembolsáveis	Subsídios relacionados com activos	Subsidio 2002	1.919,40	1.919,32	1.919,40	3.838,72
		Subsidio 2003	1.732,32	1.732,07	1.732,32	3.464,39
		Subsidio 2006	363,12	1.468,40	363,12	1.831,52
		Subsidio 2007	77,04	1.116,47	77,04	1.193,51
		Subsidio 2008	4.944,60	3.662,84	4.920,48	8.607,44
		Subsidio 2009	2.160,12	2.171,86	2.160,12	4.331,98
		Subsidio 2010	207,12	1.655,87	207,12	1.862,99
		Subtotais	11.403,72	13.726,83	11.379,60	25.130,55
Totais		11.403,72	13.726,83	11.379,60	25.130,55	

De acordo com as políticas contabilísticas descritas anteriormente a composição dos subsídios a reconhecer é a seguinte:


32


Valores em Euros

Valores a reconhecer	Valor inicial	Valor a reconhecer
Contrato-investimento 2002	200.000,00	0,00
Contrato-investimento 2003	80.000,00	0,00
Contrato-investimento 2005	221.250,00	0,00
Contrato-investimento 2006	500.000,00	1.105,28
Contrato-investimento 2007	300.000,00	1.039,43
Contrato-investimento 2008	300.000,00	3.052,52
Contrato-investimento 2009	250.000,00	0,00
Contrato-investimento 2010	250.000,00	1.448,75
TOTAL	2.081.250,00	6.645,98

14.2 SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO

Em 27 de Maio de 2021, foi celebrado o Contrato-Programa n.º 342/2021, visando definir os termos e condições de prestação do serviço de interesse geral à população nas áreas do desporto, saúde e bem-estar, através da promoção do desporto e do fomento das atividades relacionadas com a saúde e bem-estar desportivo, e estabelecer a cooperação entre o acionista e a entidade no sentido de garantir a prática de preços sociais nos equipamentos desportivos no âmbito da participação da comunidade nas atividades regulares dinamizadas pela Oeiras Viva, E.M, pretendendo assim ir de encontro às previsões orçamentais para o ano 2021. A compensação atribuída por este contrato-programa foi de € 654.285,33.

Em 20 de Maio de 2022, foi celebrado o Contrato-Programa n.º 290/2022, visando definir os termos e condições de prestação do serviço de interesse geral à população nas áreas do desporto, saúde e bem-estar, através da promoção do desporto e do fomento das atividades relacionadas com a saúde e bem-estar desportivo, e estabelecer a cooperação entre o acionista e a entidade no sentido de garantir a prática de preços sociais nos equipamentos desportivos no âmbito da participação da comunidade nas atividades regulares dinamizadas pela Oeiras Viva, E.M, pretendendo assim ir de encontro às previsões orçamentais para o ano 2022. A compensação atribuída por este contrato-programa foi de € 654.312,54.

15. EFEITOS DE ALTERAÇÕES EM TAXAS DE CÂMBIO:

As políticas contabilísticas adoptadas para os efeitos de alterações em taxas de câmbio encontram-se descritos na alínea m) do parágrafo 3.1.

No exercício 2022 e 2021 não houve diferenças de câmbio.



[Handwritten marks]

16. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO:

16.1 AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO:

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Oeiras Viva, em 15 de maio de 2023 e autorizadas para emissão.

Aplicação do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022:

De acordo com a proposta da Administração realizada em 15 de maio de 2023, o resultado líquido positivo do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no montante de € 21.503,11 será aplicado da seguinte forma:

- 5% constituição da reserva legal no valor de € 1.075,16;
- O remanescente no valor de € 20.427,95 para resultados transitados.

17. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

17.1 IMPOSTO CORRENTE:

Valores em Euros

	Base de Imposto	
	2022	2021
Resultado Antes de Imposto	28.895,06	-163.895,80
Taxa de imposto sobre o rendimento em Portugal	22,50%	22,50%
Imposto sobre o lucro à taxa nominal	0,00	0,00
Proveitos não tributáveis		
Efeitos do aumento/reversão impostos diferidos	1.593,19	2.565,84
Mais valias contabilísticas	45,32	2.565,84
	1.638,51	2.565,84
Custos não dedutíveis para efeitos fiscais		
Correcções relativas a exercícios anteriores	6.864,11	318,87
Encargos não devidamente documentados	146,35	0,00
Multas, coimas, juros compensatórios	34.494,49	0,00
Mais valias fiscais	45,32	0,00
Perdas por imparidade	664,67	4.308,11
Outros	0,00	0,00
	42.234,94	4.626,98
Lucro Tributável	69.491,49	-159.268,82
Dedução Prejuizos Fiscais	-55.593,19	0,00
Matéria Colectável	13.698,30	
Taxa de imposto sobre o rendimentos em Portugal	17,00%	21,00%
Imposto calculado	2.362,71	0,00
Tributação Autónoma	4.056,36	1.844,87
Derrama	972,88	0,00
Imposto sobre o rendimento	7.391,95	1.844,87

[Handwritten mark]

[Handwritten marks]

17.2 IMPOSTO DIFERIDOS:

Os impostos diferidos mensurados a 31 de Dezembro de 2022 e 2021 são relativos ao valor de subsídios ao investimento ainda não reconhecidos em proveitos.

Os valores são os seguintes:

Valores em Euros				
Impostos diferidos a 31/12/2021	Valores	Taxa de imposto	Valor de Impostos Diferidos	Tipo ID
Subsídios ao investimento não reconhecidos em proveitos	13.726,83	22,50%	3.088,47	Passivo
Impostos diferidos a 31/12/2022	Valores	Taxa de imposto	Valor de Impostos Diferidos	Tipo ID
Subsídios ao investimento não reconhecidos em proveitos	6.645,98	22,50%	1.495,28	Passivo

18. MOVIMENTO NAS RUBRICAS DE CAPITAL PROPRIO

Valores em Euros				
	31.12.2021	Movim. Exercício	Aplicação Resultado	31.12.2022
Capital realizado	100.965,57	0,00	0,00	100.965,57
Reservas legais	39.895,02	0,00	0,00	39.895,02
Resultados transitados	881.730,95	115.366,09	-163.174,83	833.922,21
Outras variações no capital próprio	10.638,36	-5.487,65	0,00	5.150,71
Resultado líquido do período	-163.174,83	21.503,11	163.174,83	21.503,11
Totais	870.055,07	131.381,55	0,00	1.001.436,62

O movimento ocorrido na rubrica Outras variações no Capital Próprio deveu-se fundamentalmente ao reconhecimento dos proveitos a imputar ao 1.º semestre do exercício de 2022 relativamente aos subsídios ao investimento, bem como ao ajustamento dos impostos diferidos.

Relativamente aos movimentos ocorridos na rubrica Resultados Transitados ressalva-se:

- A Assembleia Geral da Acionista de 13 de Abril de 2022, onde foi deliberado que o resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2021 negativo no montante de € 547.435,95 fosse aplicado em Resultados transitados.

- A proposta de deliberação n.º 429/2022 da CMO, a 18 de Maio de 2022 onde foi aprovada a transferência de € 116.959,28 a favor da Oeiras Viva relativa à apresentação do resultado líquido negativo de 2021 afim de repor o equilíbrio financeiro da empresa.

19. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

19.1 BASES DE MENSURAÇÃO E POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS UTILIZADAS:

[Handwritten signature]

As bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras encontram-se no parágrafo 3.1.

19.2 QUANTIA ESCRITURADA DE CADA UMA DAS CATEGORIAS DE ACTIVOS FINANCEIROS E PASSIVOS FINANCEIROS, NO TOTAL E PARA CADA UM DOS TIPOS SIGNIFICATIVOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE ENTRE CADA CATEGORIA:

Valores em Euros

Quantias escrituradas de cada uma das categorias de activos financeiros e passivos financeiros			31.12.2022		31.12.2021			
			Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	Quantias brutas	Imparidades acumuladas	Quantias escrituradas	
Activos financeiros	Activos financeiros ao custo	Clientes	345.701,04	(155.006,69)	190.694,35	303.207,83	(166.514,49)	146.693,34
		Outras créditos a receber	6.618,45	0,00	6.618,45	52.269,57	0,00	52.269,57
		Subtotais	352.319,49	(155.006,69)	197.312,80	355.477,40	(166.514,49)	198.962,91
	Totais	352.319,49	(155.006,69)	197.312,80	355.477,40	(166.514,49)	198.962,91	
Passivos financeiros	Passivos financeiros mensurados ao custo	Fornecedores	180.625,68	0,00	180.625,68	215.333,27	0,00	215.333,27
		Outras dívidas a pagar	322.493,41	0,00	322.493,41	310.188,40	0,00	310.188,40
		Subtotais	503.119,09	0,00	503.119,09	625.522,67	0,00	625.522,67
	Totais	503.119,09	0,00	503.119,09	625.522,67	0,00	625.522,67	

19.3 CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS A RECEBER:

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o detalhe de outros créditos a receber é conforme segue:

Valores em Euros

	31.12.2022	31.12.2021
Clientes	190.694,35	146.693,34
Outras contas a receber:		
Outros devedores	6.618,45	4.291,08
Devedores por acréscimos de proveitos	0,00	47.978,49
	6.618,45	52.269,57
Totais	197.312,80	198.962,91

19.4 DIFERIMENTOS ACTIVOS:

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as rubricas do activo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

[Handwritten marks]

Valores em Euros

	31.12.2022	31.12.2021
Gastos a reconhecer:		
Seguros	7.407,48	15.151,11
Sistemas Informáticos/Comunicações/Manutenção Reiva	13.163,53	31.937,65
Totais	20.571,01	47.088,76

19.5 FORNECEDORES E OUTRAS DIVIDAS A PAGAR:

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o detalhe de fornecedores e outras Dividas a pagar é conforme segue:

Valores em Euros

	31.12.2022	31.12.2021
Fornecedores	180.625,68	215.333,27
Outras contas a pagar:		
Credores por acrescidos de gastos (a)	290.257,64	275.993,03
Outros Credores	32.235,77	34.196,37
Totais	503.119,09	525.522,67

(a) A natureza dos saldos desta rubrica é como se segue:

Valores em Euros

	31.12.2022	31.12.2021
Estimativa Férias, Subsídio de Férias e Sub. Natal	207.517,10	209.025,94
Gastos diversos (Honorários, Água, Electricidade, Comunicações)	82.740,54	66.967,09
Totais	290.257,64	275.993,03

19.6 DIFERIMENTOS PASSIVOS:

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as rubricas do passivo corrente "Diferimentos" têm a seguinte composição:

[Handwritten mark]

~~1~~
22
✓

Valores em Euros

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos a reconhecer:		
Receitas Anuais Porto Recreio	199.245,44	197.437,31
Receitas Anuais Piscinas	61.638,36	56.569,12
Totais:	260.883,80	254.006,43

19.7 OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS:

Em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, as rubricas do ativo não corrente "Outros activos financeiros" têm a seguinte composição:

Valores em Euros

	31.12.2022	31.12.2021
Outros Activos Financeiros:		
Fundo de compensação do trabalho	7.366,67	6.820,04
Gastos a reconhecer (a)	156.027,51	221.680,42
Totais	163.394,18	228.500,46

No decorrer do ano 2019, foram efectuadas diversos trabalhos de remodelação e decoração da Piscina Oceânica de Oeiras, no montante global de € 393.917,50.

Foi entendimento da Administração que o gasto incorrido com esses trabalhos fosse reconhecido em 6 anos, período de vida útil estimado pela gestão. O montante de € 221.680,42 corresponde ao gasto diferido, sujeito a reconhecimento nos períodos subsequentes a Dezembro de 2021, cujo término ocorrerá em Maio 2025, de acordo com mapa seguinte.

Valores em Euros

	Gastos reconhecidos				Total
	31.12.2022	2023	2024	2025	
Mobiliário Exterior	24.333,33	24.333,33	24.333,32	8.773,79	81.773,77
Deco.	31.239,58	31.239,58	31.239,58	12.495,83	106.214,57
Manutenção equipamento	10.080,00	10.080,00	10.080,00	3.452,06	33.692,06
	65.652,88	65.652,91	65.652,91	24.721,69	221.680,40
Totais	65.652,88		156.027,51		221.680,40

20. BENEFICIOS DOS EMPREGADOS

A 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, o número de pessoas ao serviço era conforme segue:

04

[Handwritten marks]

	31.12.2022	31.12.2021
Administração	1	1
Restantes pessoal	72	72
Totais	73	73

De acordo com o paragrafo 3.1, os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho nocturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Administração.

A 31 de Dezembro de 2022 e a 31 de Dezembro de 2021, as remunerações atribuídas foram as seguintes:

Valores em Euros

Benefícios de curto prazo dos Empregados	Período 31.12.2022	Período 31.12.2021
Remuneração Órgãos Sociais (a)	56.253,19	57.141,66
Remuneração do Pessoal	1.160.525,03	1.152.053,49
Indemnizações	33.643,81	5.670,66
Encargos s/ remunerações	289.071,25	286.752,02
Seguros Acidente trabalho	32.823,08	27.785,36
Outros Gastos c/pessoal	24.468,23	21.205,19
Totais	1.596.784,59	1.550.608,38

21. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários totais relativos a serviços de Revisão Legal das Contas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2022 ascenderam a 6.300 Euros.

A empresa tem 2 dívidas ao Estado referentes aos processos inspectivos mencionados na nota 22.5, cujas acções totalizam € 208.764,48. De salientar que, tendo em conta a informação obtida junto do advogado e referente ao processo de IVA de 2006, foram apresentados articulados pelas partes, tendo a AT, em sede de contestação procedido à revogação do valor de 47 366 €, e à anulação dos correspondentes juros compensatórios por considerar que este montante não está sujeito a IVA. Quanto ao processo de IVA de 2007 e 2008, foi proferida sentença, julgado parcialmente procedente a impugnação, tendo sido anulada, por ilegalidade, a liquidação de 36 535 €. Por conseguinte, o valor em dívida nesta data é de € 76.696,12 conforme informação constante no portal da Autoridade Tributária.

[Handwritten mark]

[Handwritten marks]

22. OUTRAS INFORMAÇÕES

22.1 ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS:

A rubrica de "Estado e Outros Entes Públicos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 31 de Dezembro de 2021, tem a seguinte composição:

	Valores em Euros	
	31.12.2022	31.12.2021
Estado - saldos credores		
Imposto sobre o rendimento	7.391,95	1.844,87
Retenção IRS	11.847,10	11.820,61
IVA a pagar	122.717,96	59.468,27
Seg. Social	26.454,23	51.286,75
Outros	308,74	386,05
	168.719,98	78.768,44

22.2 FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS:

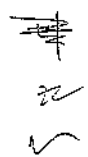
A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

	Valores em Euros	
	31.12.2022	31.12.2021
Trabalhos especializados	171.739,98	196.048,53
Publicidade	4.859,20	11.671,93
Vigilância e segurança	96.358,58	85.324,79
Honorários	408.553,08	428.554,04
Conservação e reparação	182.909,53	167.549,80
Ferramentas e utensílios	75.387,01	55.674,22
Material de Escritório	9.797,83	4.438,05
Electricidade	303.853,05	230.354,62
Combustíveis	16.595,90	10.879,10
Água	118.810,61	74.083,72
Gás	252.620,87	108.754,14
Rendas e Aluguéis	24.355,50	6.684,95
Comunicação	29.507,85	30.050,55
Seguros	35.917,23	32.190,29
Limpeza, higiene e conforto	207.657,28	194.607,93
Outros	15.298,94	34.838,31
Totais	1.954.222,44	1.671.704,97

22.3 OUTROS GASTOS:

A rubrica de "Outros gastos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

[Handwritten signature]



Valores em Euros

	31.12.2022	31.12.2021
Impostos	2.753,81	2.497,80
Correcções relativas exercícios anteriores	6.884,11	5.674,61
Donativos	0,00	200,00
Quotizações	1.997,68	1.522,98
Multas e penalidades	34.381,08	0,00
Outros	199,66	4.474,70
Totais	46.216,34	14.370,09

22.4 OUTROS RENDIMENTOS:

A rubrica de "Outros rendimentos" nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 tem a seguinte composição:

Valores em Euros

	31.12.2022	31.12.2021
Rendimentos suplementares	29.122,99	20.148,75
Correcções relativas exercícios anteriores	384,75	1.387,99
Reconhecimento subsídios investimento (nota 14)	7.080,85	11.403,72
Outros	2.966,47	4.401,84
Totais	39.555,06	37.342,30

22.5 PROCESSOS INSPECTIVOS EM CURSO:

Durante 2010, a empresa foi notificada pela direcção Geral de Impostos (DGCI) – Repartição das Finanças de Lisboa, tendo tomado conhecimento de que seria alvo inspecção tributária dos anos 2006, 2007 e 2008.

O Projecto de Relatório da Inspeção Tributária relativamente ao exercício de 2006 foi entregue em 14 de Fevereiro de 2011 com referência do seguinte:

IRC:

1. Não foi aceite a totalidade dos valores dos contratos programa celebrados entre a Oeiras Viva e a Câmara Municipal de Oeiras, com o objectivo de manutenção dos equipamentos, como subsídios ao investimento mas sim como prestações de serviços;
2. Os encargos com as viaturas cedidas pela Câmara Municipal de Oeiras e que não fazem parte do imobilizado da empresa não são considerados indispensáveis para a realização dos proveitos ou manutenção da actividade e como tal não são dedutíveis fiscalmente;
3. Valores de facturas registados em Setembro de 2006 relativos a conservação e reparação de equipamentos, que justificam encargos suportados pela empresa respeitantes a exercício de 2005 e 2004, não são aceites como custo fiscal;
4. O valor das multas, juros e coimas respeitantes a infracções não são dedutíveis para efeitos fiscais durante o exercício;
5. Não foram tributados autonomamente os encargos com o aluguer de viaturas ligeiras de passageiros durante o exercício;

IVA:



6. Os subsídios contabilizados como exploração não são sujeitos a tributação para efeitos de IVA. No entanto a DGCI considera-os como contraprestação pelos serviços prestados à Câmara Municipal de Oeiras e deve-se liquidar IVA;
7. Os valores dos subsídios ao investimento não aceites, ponto 1, são considerados como contraprestação de serviços e deve-se liquidar IVA;
8. Foi deduzido, indevidamente, o valor do IVA respeitante a encargos com viaturas ligeiras de passageiros;
9. Foi considerada indevido o valor de IVA de regularizações a favor do estado respeitante a notas de crédito emitidas pela empresa a terceiros e que por legislação é obrigatório a apresentação de documento comprovativo dos adquirentes dos serviços em causa que tenham tomado conhecimento da rectificação efectuada;

A Oeiras Viva, E.E.M. regularizou voluntariamente as situações descritas nos pontos 2, 4, 5, 8 e 9, tendo exercido o direito de audição aos restantes pontos descritos anteriormente por ter opinião discordante.

Em 21 de Outubro de 2011 foi recepcionado o Projecto de Relatório da Inspeção Tributária referente aos exercícios 2007 e 2008 com referência do seguinte:

IRC:

1. Não foi aceite a totalidade dos valores dos contratos programa celebrados entre a Oeiras Viva e a Câmara Municipal de Oeiras, com o objectivo de manutenção dos equipamentos, como subsídios ao investimento mas sim como prestações de serviços;
2. Confrontando o valor total de amortizações consideradas como custo no exercício de 2008 e o valor evidenciado no mapa de amortizações existe uma divergência que não foi aceite como custo fiscal;
3. A empresa contabilizou encargos com viaturas que não consta do seu activo, não tendo sido as mesmas aceites fiscalmente;
4. Seguro de acidentes pessoais não aceite por não se enquadrar no disposto do art.º 40 do CIRC (realizações de utilidade social);
5. Multas, juros e coimas respeitantes a infracções fiscais não consideradas na correcção ao lucro tributável;
6. Por não ter sido feito o auto de abate e entregue nos serviços competentes, não foi aceite fiscalmente o abate efectuado aos bens do activo da empresa.
7. Regularizações a exercícios anteriores considerada como despesa não documentada e como tal não dedutível fiscalmente.
8. Acréscimo nas tributações autónomas relativamente à regularização mencionada no ponto 7 e despesas com viaturas ligeiras de passageiros que se havia anteriormente considerado como viaturas de mercadorias.

Em sede de IVA:

9. Imposto não liquidado relativamente às transacções com a CMO;
10. Imposto não liquidado relativamente a prestações de serviços cuja taxa sofreu alteração e não foi rectificada.
11. IVA indevidamente deduzido relativo a despesas com aquisição de combustíveis;
12. IVA indevidamente deduzido relativos a despesas com viaturas ligeiras de passageiros.

A Oeiras Viva, E.E.M. regularizou voluntariamente as situações descritas nos pontos 1, 2, 3, 6, 7, 8, 10 e 12, tendo exercido o direito de audição aos restantes pontos descritos anteriormente por ter opinião discordante.

Relativamente ao processo judicial de 2006 foi proposta impugnação judicial de IVA em 21.02.2012, referente à impugnação das liquidações adicionais de IVA e respectivos juros compensatórios, tendo a Administração Tributária em 13.07.2012 proferido despacho de revogação parcial das liquidações impugnadas.

Em 18 de Setembro a Administração Tributária contestou, evidenciando a revogação parcial proferida oficiosamente, e mantendo a defesa das demais liquidações impugnadas e que continuam da parte da Oeiras Viva a pretender ver anuladas.

No que respeita aos processos de 2007 e 2008 foi apresentada reclamação graciosa pela Oeiras Viva em 17.02.2012. A Administração Tributária proferiu em 29.08.2012 um despacho de deferimento parcial da reclamação apresentada (pelo qual concedeu provimento ao pedido de anulação da liquidação adicional de IRC, com excepção da tributação autónoma a 10% dos encargos com viaturas referente ao ano 2008.

Na presença do indeferimento tácito das restantes situações foi apresentado em 10.09.2012 impugnação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal de Sintra.

22.6 GARANTIAS PRESTADAS:

De acordo com a informação existente na central de responsabilidades de crédito do Banco de Portugal, à data de 31 de Dezembro de 2022 a empresa prestou na Caixa Geral de Depósitos as seguintes garantias bancárias:

Entidade	Valor
Direcção Geral de Tesouro Finanças	114.415,71
Direcção Geral de Tesouro Finanças	88.224,00
	<u>202.639,71</u>

22.7 OUTRAS DIVULGAÇÕES:

À data de conclusão deste relatório, e derivado das atuais circunstâncias, o Conselho de Administração encontra-se a acompanhar, de forma atenta o desenrolar da atual situação de conflito na Ucrânia e as suas possíveis repercussões na economia a nível nacional e mundial, que, nesta data, ainda não são possíveis antecipar com fiabilidade. Este efeito poderá vir a ter impacto sobre a atividade da Entidade, nomeadamente por via do aumento dos preços da energia, dependendo da evolução que esta situação venha a ter no futuro.

22.8 EVENTOS SUBSEQUENTES:

Para além do mencionado na nota anterior, não há conhecimento de eventos ocorridos após a data de balanço que afetem (ou possam vir a afectar) o valor dos ativos e passivos das demonstrações financeiras do exercício, tendo em consideração as disposições da NCRF 24 – Acontecimentos após a Data do Balanço.

Oeiras, 15 de Maio de 2023

o Contabilista Certificado

A Administração



DAMOS RITMO À VIDA